

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 23/03/2017.



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe  
(TerritoriAL)

VANDERLEI DE SOUZA E OLIVEIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA EM ASSENTAMENTOS DE  
REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA  
DE PORTO ALEGRE E SUL - RS

SÃO PAULO

2016

VANDERLEI DE SOUZA E OLIVEIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA EM ASSENTAMENTOS DE  
REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA  
DE PORTO ALEGRE E SUL - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha e pesquisa “Campesinato Capitalismo e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

SÃO PAULO

2016

Oliveira, Vanderlei de Souza e.  
O482 Análise das relações de trabalho e renda em assentamentos de reforma agrária nas regiões norte, sul e metropolitana de Porto Alegre e Sul – RS / Vanderlei de Souza e Oliveira. – São Paulo, 2016.  
179 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Trabalhadores rurais – Rio Grande do Sul. 4. Assentamentos rurais. I. Título.

CDD 331.763

VANDERLEI DE SOUZA E OLIVEIRA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA EM ASSENTAMENTOS DE  
REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA  
DE PORTO ALEGRE E SUL - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Capitalismo, Campesinato e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

---

Prof. Dr. Antônio Tomaz Junior (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

---

Profª. Dra. Michele Lindner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

---

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

---

Profª. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

São Paulo, março de 2016.

Este trabalho é dedicado ao campesinato que destina a maior parte de suas vidas cultivando alimentos saudáveis para alimentar o mundo. Espero contribuir para que possam, através das relações de trabalho familiar, cooperativo ou comunitário, viverem dignamente em seus territórios, agregando renda na sua produção e melhorando sua qualidade de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST por proporcionar aos seus militantes as condições para se manterem em permanente processo de formação. Concluí minha graduação em Geografia na UNESP, campus de Presidente Prudente, de 2007 a 2011, na Turma Milton Santos, quando passei, junto com os demais colegas, cinco anos de minha vida. Foi nesta turma que dei os primeiros passos acadêmicos com meu orientador, professor Antônio Tomas Junior, que muito contribuiu para a minha formação. Depois concluí uma especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário na UFES e é através deste mesmo movimento socioterritorial que um filho de camponês sem-terra está concluindo o mestrado em Geografia. Nestes cursos, tive o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

A todos da Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF que passaram, nestes trinta meses de caminhada (e nos cinco anos de graduação), dedicando parte do tempo trabalhando, enquanto eu, integrante da Turma Carlos Mariátegui, dedicava o tempo estudando, buscando aprofundar conhecimentos. A todas as famílias assentadas que passaram por anos embaixo de uma lona preta, na certeza de conquistar um lote de terra, em especial às famílias dos seis assentamentos em que realizei esta pesquisa, a Dona Preta e seu Orestes do assentamento Lagoa do Junco, ao Zé e Grazi do assentamento Santa Rita de Cássia, ao Eurico e sua companheira do assentamento 20 de Agosto, ao Elemar do assentamento Encruzilhada Natalino, ao Juraci e Lorinei do assentamento Terra Nova e ao Chacrinha e sua família no assentamento Conquista da Liberdade. Foi na casa destas famílias que fiquei alojado enquanto realizava a pesquisa de campo e que me receberam com muito carinho e dedicação.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais que mesmo sem muito compreender o que é um mestrado continuam me incentivando a estudar; minha mãe tão querida que todas as vezes que vou a sua casa pergunta: está precisando de alguma coisa meu filho? Aos meus dois filhos Erick e Enrique, pela alegria de seus sorrisos, pela falta que sinto de vocês, mas pela certeza que um futuro melhor podemos construir. Aos meus colegas de trabalho um abraço bem apertado pela contribuição e carinho, pelas cobranças e incentivo ao estudo, Cátia, Ju, Tiago, os quais tenho a certeza de que estamos fazendo nossa parte na formação de médicos veterinários, igualmente muito importantes no desenvolvimento das comunidades camponesas.

Nos dois últimos anos, tenho representado o MST na coordenação da comissão político-pedagógica do curso de graduação em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas para os assentados e acampados da reforma agrária. Também, a formação destes médicos veterinários somente foi possível através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. O MST construiu juntamente com a Universidade Federal de Pelotas um convênio para realização do curso e também tem um convênio com a UNESP e diversas outras universidades brasileiras. Estes cursos, sem dúvida, proporcionam melhores condições para o desenvolvimento dos assentamentos.

Agradeço aos professores João Osvaldo Nunes e Antônio Tomaz Junior. Procurei atender suas sugestões e questionamentos através das arguições na banca de qualificação, também pelo comprometimento que ambos têm com a classe trabalhadora, na perspectiva da construção de uma sociedade socialista. Estendo meu agradecimento ao grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial às professoras Rosa Maria Vieira Medeiros, pelas orientações e pelo espaço cedido para realização de pesquisas e dados fornecidos e Michele Lindner, pela contribuição, sem medir esforços, na confecção dos mapas ilustrados neste trabalho.

Expresso também meu agradecimento ao professor Bernardo Mançano Fernandes, por ter aceitado orientar este trabalho e, de igual modo, pelas cobranças realizadas durante a pesquisa, pelo acompanhamento nas pesquisas de campo, pelas conversas, sugestões sem as quais não seria possível chegarmos à conclusão desta dissertação. Assiduamente, contribuiu para que tivéssemos rigor metodológico nas pesquisas, nas análises dos dados, com os conceitos utilizados e por colaborar para que pudéssemos, com este trabalho, apresentar resultados concretos, visando cooperar no fomento das atividades camponesas, na produção de alimentos, na agregação de renda e na construção de territórios camponeses emancipados da lógica capitalista.

No outono, quando se vê bandos de gansos voando rumo ao Sul, formando um grande “V” no céu, indaga-se o que a ciência já descobriu sobre o porquê de voarem desta forma. Sabe-se que quando cada ave bate as asas, move o ar para cima, ajudando a sustentar a ave imediatamente de trás. Ao voar em forma de “V” o bando se beneficia de pelo menos 71% a mais da força do voo do que uma ave voando sozinha. Pessoas que têm a mesma direção e sentido de comunidade podem atingir seus objetivos de forma mais rápida e fácil, pois viajam beneficiando-se de um esforço mútuo. Sempre que um ganso sai do bando, sente subitamente o esforço e resistência necessária para continuar voando sozinho. Rapidamente, ele entra outra vez em formação para aproveitar o deslocamento de ar provocado pela ave que voa imediatamente a sua frente.

Se tivéssemos o mesmo sentido dos gansos, manter-nos-íamos em formação com os que lideram o Caminho para onde também desejamos seguir. Quando o ganso líder se cansa, ele muda de posição dentro da formação e outro ganso assume a liderança. Vale a pena nos revezarmos em tarefas difíceis, e isto serve tanto para pessoas quanto para os gansos que voam rumo ao Sul. Os gansos de trás gritam encorajando os da frente, para que mantenham a velocidade.

Que mensagem passamos quando gritamos de trás? Finalmente, quando um ganso fica doente ou é ferido por um tiro e cai, dois gansos saem da formação e o acompanham para ajudá-lo e protegê-lo. Ficam com ele até que consiga voar novamente ou até que morra. Só então levantam voo sozinhos ou em outra formação, a fim de alcançar seu bando.

Se tivéssemos o sentido dos gansos também ficaríamos um ao lado do outro, lutando pelo bem comum e com o mesmo ideal.

## RESUMO

A agricultura capitalista brasileira sempre esteve voltada para atender as demandas do mercado externo, apoiada em pilares que cumprem função de oferecer matéria-prima e disponibilizar mão de obra barata para a indústria. Estes pilares estão baseados na concentração da terra, no modelo agroexportador, na expropriação camponesa e na exploração do trabalho. Este modelo de produção intensifica a utilização do solo e o uso descontrolado de agrotóxicos, preocupando-se, exclusivamente, com a produtividade e o lucro. Na pós-revolução verde, o modelo capitalista de produção proporcionou inovações tecnológicas no campo com a introdução de novos insumos agrícolas, máquinas modernas e modificação genética das sementes. Porém, estas mudanças agrícolas somente se viabilizaram, pois os grandes latifundiários se apoderaram de créditos públicos subsidiados. Por outro lado, a agricultura não capitalista, baseada no trabalho familiar, ocupando áreas periféricas no meio rural e com baixa inovação tecnológica, é a principal responsável pela produção de alimentos e dos empregos no campo. Os camponeses utilizam a terra para produzir sua subsistência, bem como produzir alimentos para o conjunto da sociedade. A pesquisa mostrou que as áreas de reforma agrária contribuem para a produção de alimentos nos diferentes aspectos, seja para subsistência das famílias assentadas, seja para produção, industrialização e comercialização de alimentos para a população rural e urbana. No entanto, existem contradições no modelo de produção as quais muitas famílias continuam inseridas na lógica capitalista da produção de *commodities*. Todavia, a produção camponesa está subjugada ao mercado capitalista que se apropria da renda produzida. A pesquisa em questão apresentou elementos da renda camponesa com base na produção para a subsistência das famílias e para o mercado, apontando que o processo de industrialização dos produtos agrícolas ainda é incipiente e que a agregação de renda é fundante para manter os camponeses inseridos na base produtiva e para a resistência do camponês enquanto sujeito social. Diante disso, viu-se que, mesmo nas áreas de assentamento, a renda camponesa é considerada insuficiente para sua reprodução. Para tanto, a diversificação na produção para a subsistência garante a resistência dos camponeses perante o modelo capitalista de produção, porque sem esta produção o campesinato estará cada vez mais subjugado às leis do capital, sendo desterritorializados dos seus meios de produção.

**Palavras-chave:** Renda territorial. Produção de alimentos. Relações de trabalho. Campesinato. Reforma agrária. Modelo de desenvolvimento agrícola. Movimentos socioterritoriais.

## ABSTRACT

The Brazilian capitalist agriculture always was geared to meet the demands of the foreign market, supported by pillars that meet function to provide raw materials and available labor, cheap labor industry. These pillars are based on the concentration of land in the agro-export model, the peasant expropriation and exploitation of labor. This production model intensifies land use and the uncontrolled use of pesticides, concerns itself exclusively with productivity and profit. Green post-revolution the capitalist model of production provided technological innovations in the field, with the introduction of "new" agricultural inputs, modern machinery and genetically modified seeds. But these agricultural changes only if "made possible" because the big landowners took possession of subsidized public loans. On the other hand, the non-capitalist agriculture based on family labor, occupying peripheral areas in rural areas and with low technological innovation is primarily responsible for food production and jobs in the field. The farmers use the land to produce their livelihoods and produce food for the whole of society. The research presented here shows that the areas of land reform contribute to the production of food in different ways, be it for subsistence of settlers, as for production, processing and marketing of food to rural and urban population. However there are contradictions in the production model which many families are still inserted into the capitalist logic of production of commodities. However peasant production is subjugated to the capitalist market which appropriates the income produced. The research in question has elements of peasant income based on production for the livelihood of families and to the market. It points out that the process of industrialization of agricultural products is still in its infancy and that the aggregation of income is foundational to keep the peasants entered the production base and the peasant resistance as a social subject, because even in the settlements peasant income is considered insufficient for their reproduction. We point out that diversification in production for subsistence guarantees the resistance of peasants to the capitalist mode of production, for without this production the peasantry is increasingly subdued the laws of capital, and deterritorialized of their means of production.

**Keywords:** Income. Food production. Labor relations. Peasants. Agrarian reform. Agricultural model. Socio-territorial movements.

## RESUMEN

La agricultura capitalista brasileña siempre estuvo vuelta para atender las demandas del mercado externo, apoyada en pilares que cumplen función de ofertar materia prima y disponibilidad de mano de obra barata la industria. Estos pilares están basados en la concentración de la tierra, en la plantilla agroexportador, en la expropiación campesina y en la explotación del trabajo. Esta plantilla de producción intensifica la utilización del suelo y el uso descontrolado de pesticidas, se preocupa exclusivamente con la productividad y el logro. Post-revolución verde la plantilla capitalista de producción proporciono innovaciones tecnológicas e en el campo, con la introducción de “nuevos” insumos agrícolas, máquinas modernas y modificación genética de las semillas. Sin embargo estos cambios agrícolas solamente se “viabilizaron”, pues las grandes tierras tenientes se apoderaron de créditos públicos subsidiados. Por otro lado a la agricultura no capitalista basada en el trabajo familiar, ocupando áreas periféricas en medio rurales y con baja innovación tecnológica es la principal responsable por la producción de alimentos y de los empleos en el campo. Los campesinos utilizan la tierra para producir su subsistencia, así como producir alimentos para el conjunto de la sociedad. La investigación aquí presentada apunta que las áreas de reforma agraria contribuyen para la producción de alimentos en los diferentes aspectos, sea ella para subsistencia de las familias asentadas, como para producción, industrialización y comercialización de alimentos para la población rural y urbana. Sin embargo existen contradicciones en la plantilla de producción el cual muchas familias continúan insertadas en la lógica capitalista de la producción de commodities. Sin embargo la producción campesina esta subyugada al mercado capitalista el cual se apropia de la renta producida. La investigación en cuestión presenta elementos de la renta campesina con base en la producción para la subsistencia de las familias y para el mercado. Apunta que el proceso de industrialización de los productos agrícolas a un es incipiente y que la agregación de renta es fundante para mantenerlos campesinos insertados en la base productiva y para la resistencia del campesino mientras sujeto social, pues, aún en las áreas de asentamiento la renta campesina es considerada insuficiente para su reproducción. Destacamos que la diversificación en la producción para la subsistencia garante la resistencia de los campesinos ante la plantilla capitalista de producción, pues sin esta producción el campesinato estará cada vez más subyugado las leyes del capital, siendo desterritorializados de sus medios de producción.

**Palabras clave:** La renta territorial. La producción de alimentos. Las relaciones laborales. Campesinado. Reforma agraria. Modelo de desarrollo agrícola. Movimientos socio-territoriales.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Localização dos municípios Palmeira das Missões e Ibiaçá e os assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino .....	100
Ilustração 2 - Municípios que constituem a regional Palmeira das Missões nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação.....	101
Ilustração 3 - Municípios que constituem a Chico Mendes/Serrana, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação .....	102
Ilustração 4 - Principais países produtores de arroz e sua participação na produção mundial .....	104
Ilustração 5 - Área colhida no Rio Grande do Sul e Brasil e a participação no total da produção.....	106
Ilustração 6 - Localização dos municípios de Tapes e Nova Santa Rita e os assentamentos Lagoa do Junco (Hugo Chaves) e Santa Rita de Cássia II .....	108
Ilustração 7 - Municípios que constituem a Regional Ênio Gutierrez, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação .....	110
Ilustração 8 - Municípios que constituem a regional Eldorado do Sul, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação .....	111
Ilustração 9 - Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Evolução do número de família e área plantada (ha) .....	115
Ilustração 10 - Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Evolução da produção em sacas .....	117
Ilustração 11 - Assentamento da Capela (Capela/RS), com a Cooperativa COOPAN e no Assentamento Lagoa do Junco (Tapes/RS) com a Cooperativa COPAT. Produção por assentamentos–Safrá 2013/2014 .....	118
Ilustração 12 - Crescimento da produção do leite .....	122
Ilustração 13 - Evolução da produção: 2004-2014 em bilhões de litros .....	123
Ilustração 14 - Localização dos Municípios de Candiota e Piratini e os assentamentos Vinte de Agosto e Conquista da Liberdade .....	126
Ilustração 15 - Municípios que constituem a regional Candiota, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação .....	127
Ilustração 16 - Imagem das duas sedes da COOPERAL .....	128

Ilustração 17 - Municípios que constituem a regional Piratini, nome dos assentamentos, número de famílias, área ocupada e ano de fundação .....	130
Ilustração 18 - Imagem de camponeses realizando ordenha manual no assentamento Vinte de Agosto .....	132
Ilustração 19 - Imagem de uma camponesa realizando ordenha de forma mecânica no assentamento Vinte de Agosto .....	132
Ilustração 20 - Área dos lotes no assentamento Seguidores de Natalino, áreas com produção de soja e área destinada a outras culturas .....	135
Ilustração 21 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Seguidores de Natalino .....	135
Ilustração 22 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Seguidores de Natalino .....	136
Ilustração 23 - Renda líquida da soja e outros tipos de produção no assentamento Seguidores de Natalino .....	137
Ilustração 24 - Área dos lotes no assentamento Terra Nova, áreas com produção de soja e área destinada a outras culturas .....	140
Ilustração 25 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Terra Nova.....	141
Ilustração 26 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Terra Nova.....	141
Ilustração 27 - Renda líquida da soja e outros tipos de produção no assentamento Terra Nova .....	142
Ilustração 28 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Santa Rita de Cássia II .....	145
Ilustração 29 - Área dos lotes no assentamento Santa Rita de Cássia II, áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas.....	148
Ilustração 30 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Santa Rita e Cássia II .....	149
Ilustração 31 - Renda líquida do arroz e outros tipos de produção no assentamento Santa Rita de Cássia II.....	150
Ilustração 32 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Lagoa do Junco que trabalham coletivamente .....	153
Ilustração 33 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Lagoa do Junco que trabalham individualmente.....	155
Ilustração 34 - Área dos lotes no assentamento Lagoa do Junco áreas com produção leiteira e área destinada a outras culturas .....	155

Ilustração 35 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Lagoa do Junco.....	156
Ilustração 36 - Renda líquida do arroz e outros tipos de produção no assentamento Lagoa do Junco.....	157
Ilustração 37 - Área dos lotes no assentamento Vinte de Agosto, áreas com produção de arroz e área destinada a outras culturas.....	159
Ilustração 38 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Vinte de Agosto.....	160
Ilustração 39 - Variação da produção entre produtores do assentamento Vinte de Agosto.....	163
Ilustração 40 - Renda mensal por família.....	166
Ilustração 41 - Renda líquida da Produção leiteira e outros tipos de produção no assentamento Vinte de Agosto.....	168
Ilustração 42 - Área dos lotes no assentamento Conquista da Liberdade áreas com produção de leiteira área destinada a outras culturas.....	169
Ilustração 43 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Conquista da Liberdade que trabalham individualmente.....	170
Ilustração 44 - Tamanho das famílias e composição da força de trabalho no assentamento Conquista da Liberdade, das famílias que trabalham coletivamente.....	170
Ilustração 45 - Produção anual, renda bruta e líquida do assentamento Conquista da liberdade das famílias que trabalham individualmente.....	171
Ilustração 46 - Renda líquida da Produção leiteira e outros tipos de produção no assentamento conquista da Liberdade.....	171

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números dos assentamentos e famílias na região de Bagé-RS (2011).....	29
Tabela 2 - Número de assentamentos por estado, número de famílias assentadas e total de área dos assentamentos (2010) .....	49
Tabela 3 - Número de assentamentos, famílias assentadas e total de área dos assentamentos por região .....	50
Tabela 4 - Produção mensal de litros de leite de famílias do assentamento Vinte de Agosto, no período de julho de 2013 a junho de 2014 .....	162
Tabela 5 - Renda Bruta (R\$) da produção de leite no assentamento Vinte de Agosto .....	164
Tabela 6 - Renda líquida (R\$) da produção de leite no Assentamento Vinte de Agosto.....	165

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Archer Daniels Midland
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexos Agroindustriais
COCEARGS	Cooperativa Central de Agricultores de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados Nova Santa Rita Ltda.
COOPAT	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes
COOPERAL	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda.
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CPAs	Cooperativas de Produção Agrícola
CPP	Coordenação Político Pedagógica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
EDLP	Estação da Luz Participações
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRA	Gabinete da Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGLSRS	Instituto Gaúcho do Leite
INCRA	Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEAG	Núcleo de Estudos Agrários
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisa da Reforma Agrária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileira
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RS	Rio Grande do Sul
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIFEDOC	Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
TDA	Títulos da Dívida Agrária
TEMV	Turmas Especiais de Medicina Veterinária
UDR	União Democrática Ruralista
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UP	Unidades Produtivas
URSS	União das Repúblicas Socialistas
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VC	Via Campesina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....</b>	<b>32</b>
<b>2.1</b>	<b>As mudanças recentes da agricultura brasileira (1960-2010) .....</b>	<b>32</b>
<b>2.2</b>	<b>As mudanças recentes da agricultura no Rio Grande do Sul (1960-2010) .....</b>	<b>51</b>
<b>2.3</b>	<b>Reflexões teóricas sobre a renda territorial.....</b>	<b>67</b>
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E POLÍTICAS DE EMANCIPAÇÃO E SUBORDINAÇÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>3.1</b>	<b>Contexto do monocultivo da soja transgênica nos assentamentos Terra Nova e Seguidores de Natalino.....</b>	<b>85</b>
<b>3.2</b>	<b>Contexto do monocultivo de arroz orgânico nos assentamentos Santa Rita de Cássia II e Hugo Chaves (Lagoa do Junco) .....</b>	<b>103</b>
<b>3.3</b>	<b>Contexto da produção de leite no assentamento 20 de Agosto e Conquista da Liberdade .....</b>	<b>120</b>
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES DE TRABALHO, RENDA TERRITORIAL E SISTEMAS PRODUTIVOS DE REFORMA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE, SUL E METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E SUL – RS.....</b>	<b>134</b>
<b>4.1</b>	<b>A renda monetária da soja, renda de autoconsumo e outras rendas .....</b>	<b>134</b>
<b>4.2</b>	<b>A renda monetária do arroz, renda de autoconsumo e outras rendas .....</b>	<b>144</b>
<b>4.3</b>	<b>A renda monetária do leite, renda de autoconsumo e outras rendas .....</b>	<b>158</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>176</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Faz parte do objetivo desta introdução apresentar minha trajetória de vida e a experiência vivida no curso de pós-graduação, desde as atividades realizadas no Movimento, a partir da atuação militante, no processo de formação e aprendizado com atividades do tempo comunidade e universidade, no desenrolar da pedagogia da alternância, onde a prática, o método, a teoria e as metodologias se complementam no desenvolvimento da pesquisa que me possibilitou a realização desta dissertação de mestrado. Optei por essa forma, porque minha origem e luta se entrelaçam com meu objeto de estudo. Procurei ser rigoroso, como alertado pelo meu orientador, para contribuir, de fato, com uma melhor compreensão da realidade camponesa em que vivo. Procurarei mostrar como minha luta e meus estudos são inseparáveis.

No segundo capítulo, dividido em três partes, escrevo sobre os debates teóricos da agricultura brasileira de 1960 a 2010, as transformações ocorridas na agricultura no Rio Grande do Sul e uma discussão sobre a renda territorial para que seja compreendida a renda camponesa nos assentamentos estudados. Neste, apresento uma revisão das leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil, no Rio Grande do Sul e reflexões teóricas sobre a renda territorial. No terceiro capítulo, discuto a produção agropecuária através das políticas públicas de subordinação e de emancipação, analisando a produção de leite, soja e arroz em áreas de assentamento de reforma agrária. E por fim, analiso a renda monetária de autoconsumo e outras rendas.

Sou descendente de família camponesa, desalojada da área indígena de Nonoai, norte do Rio Grande do Sul em 1978. Depois de meses acampados às margens das rodovias no estado, passando por dificuldade e sem ter para onde ir, no dia sete de setembro de 1979, meus pais, juntamente com mais 105 famílias, ocuparam a fazenda Macalli em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Nesta fazenda foram desenvolvidas atividades coletivas, plantações em mutirão e foi realizado o primeiro plantio e colheita. No ano de 1980 a área foi destinada para assentamento por ser uma área relativamente grande e foi dividida em dois grupos que em seguida constituíram duas comunidades, a Macalli I e a Macalli II. No assentamento da Macalli II, onde meus familiares foram assentados e residiram até o ano de hoje 2015, das 40 famílias assentadas em 1980, apenas 10 continuam residindo no assentamento, outras 11 que residem no assentamento, são famílias que adquiriram lotes dos antigos moradores e os outros 19 lotes encontram-se na atualidade desocupados com moradias, mas continuam sendo

ocupados para produção.

A titulação das áreas de assentamento foi um dos fatores que contribuíram para que as famílias negociassem seus lotes. Com os títulos em mãos e a elevação do preço da terra, os moradores que deram origem ao assentamento, passaram a vender seus lotes no intuito de adquirir áreas maiores em outras regiões do Rio Grande do Sul, inclusive migrando para outros estados do Centro-Oeste e Norte do país, onde a terra poderia ser comprada por preços menores. Diversos casos aconteceram de as famílias negociarem seus lotes de 15 a 18 hectares no assentamento Macalli e comprarem em torno de 200 hectares no Mato Grosso. Similarmente, o processo de heranças influenciou em algumas vendas e, de igual modo, o uso dos lotes para a produção, tendo em vista que a tendência no campo é de somente os casais de idosos ficarem para trabalhar na agricultura e os filhos migrarem para os centros urbanos onde adquirirem casas nas pequenas cidades próximas e passam a utilizar o lote para produção e não como espaço de trabalho e moradia.

A linha Macalli II ou assentamento Macalli II, como é o seu nome oficial, pela sua divisão geográfica e demográfica foram assentadas 40 famílias, enquanto que na Macalli I ficaram 65 famílias. Em cada uma das comunidades foram construídas escolas que atendiam as séries iniciais. Estudei na escola municipal, situada em nossa comunidade, da primeira à quinta série e a partir do quinto ano, na escola Isabel de Orleans localizada na linha Brilhante, pertencente ao município de Ronda-Alta e instalada em área de assentamento. Esta escola era a única nas proximidades com aulas a partir da quinta série. Para frequentar as aulas, minhas irmãs e eu, bem como todos os jovens da comunidade e ainda os outros da linha Macalli I e Brilhante tinham como tarefa diária realizar um percurso a pé de vários quilômetros. No meu caso e de minhas irmãs este percurso era em torno de 8 km (ida e volta), no entanto, para outras pessoas este percurso era ainda maior, podendo chegar até 18 km (ida e volta). A escola Isabel de Orleans funciona normalmente, ao passo que as escolas dos assentamentos Macalli I e II foram fechadas por falta de alunos.

No período de infância, desenvolvi, juntamente com os jovens da época que viviam neste assentamento, atividades nos grupos de jovens, igrejas, reuniões de grupos de famílias e também trabalhei na agricultura. Completei o primeiro grau em uma escola do campo, localizada no interior de Ronda-Alta e como não havia segundo grau nem mesmo transporte escolar para levar os estudantes às cidades mais próximas, não pude dar continuidade aos estudos. Como para meus pais o estudo era prioridade para os filhos, foi aceito o convite de meus avós e tios e, contando com o apoio de meus familiares, mudei-me para Chapecó em

Santa Catarina, prosseguindo meus estudos na Escola Estadual Coronel Ernesto Bertaso, localizado no bairro São Cristóvão, em Chapecó.

Em 1994, prestei vestibular para cursar matemática na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus de Chapecó, sendo aprovado e colocado na 36ª posição. Depois de seis meses tive que trancar a matrícula, tendo em vista meu salário não ser suficiente para custear as despesas de aluguel, alimentação e as mensalidades da faculdade. Neste período, morava de aluguel com alguns amigos e trabalhava na Sadia S/A em uma unidade de produção localizada no município de Guatambu - SC. No final do ano 1995 e início de 1996, aceitei o convite de meus primos, os quais trabalhavam de garçom no Rio de Janeiro, e viajei para trabalhar na mesma atividade, ficando no Rio de Janeiro em torno de 6 anos, mais precisamente de janeiro de 1996 a julho de 2002. Neste ano de 2002, abriu um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Encruzilhada Natalino, localizado no município de Ronda-Alta, Rio Grande do Sul, e como já ansiava voltar para o meu estado e também por não estar mais satisfeito com o trabalho na cidade grande, resolvi, juntamente com mais dois colegas Edimilson Antônio Gobi e Luiz Carlos Salvatore, deixar as atividades no Rio de Janeiro e acampar no Sul.

Assim, em agosto de 2002, acampamos na Encruzilhada Natalino, o qual já contava com um público de mais de 400 famílias. Aos poucos fui aprendendo a conviver com o novo grupo de famílias, completamente diferente das pessoas que estava habituado a conviver na capital carioca. Neste acampamento todas as pessoas desempenhavam um tipo de tarefa, tais como: cuidar das questões de saúde, higiene, hortas, relação com a sociedade, educação, cuja tarefa visava o cuidar da educação de todas as crianças das famílias acampadas, e dentre essas atividades ainda havia negociações com órgãos públicos. Neste acampamento ocorreram várias questões que influenciaram diretamente no cotidiano das famílias, uma delas foi a mudança para Julho de Castilhos, distante aproximadamente 300 km de seu local de origem. Neste espaço se encontravam outras famílias acampadas e mais uma vez, uma nova experiência de convivência com um novo grupo de famílias de cultura diferente, outros vícios e diferentes formas organizativas. Neste acampamento também, as famílias agrupadas estabeleceram um processo de luta em um grande latifúndio localizado próximo, denominada de Fazenda Bom Retiro. Diversas ocupações foram feitas nesta Fazenda, porém, apesar de todas as lutas, a área não foi desapropriada para assentamento. Mesmo assim, através do processo de lutas, os órgãos governamentais foram desapropriando áreas em outros municípios do estado, principalmente na região sul. Com isso, o acampamento perde sua força

de mobilização, porque muitas famílias haviam sido assentadas em outros locais, e as que permaneciam acampadas retornaram para a região norte do estado, desta vez localizando o acampamento no município de Sarandi, RS.

No ano de 2005, aconteceu o encontro estadual do MST – que acontece a cada dois anos – para fazer avaliação das mobilizações e resultado dos anos anteriores, realizar estudo se atividades culturais, avaliar o momento político, propor as atividades para os próximos anos e também trocar as direções das instâncias, regionais, estadual e nacional. Neste ano fui convidado a participar da direção estadual da frente de massa, responsável para acompanhar, contribuir na formação e organicidade nos acampamentos. Neste mesmo ano, o MST intensificou as mobilizações no estado do Rio Grande do Sul com o grupo de famílias que permanecia nos acampamentos, bem como novas famílias que ingressavam na luta pela terra em novos acampamentos. O resultado das mobilizações evidenciou no final de 2006 e início de 2007 que o governo federal desapropriou diversas áreas, constituindo novos assentamentos no RS, como o de Três Pinheiros em Sananduva, onde fui assentado. Este assentamento tem pessoas que passaram por acampamentos em várias regiões do estado e, todas as famílias passaram um período de, no mínimo, seis anos vivendo em baixo da lona preta.

Também no final de 2006 iniciava a etapa preparatória para a realização do curso de geografia, um convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/SP, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus de Presidente Prudente e Via Campesina Brasil. Indicado pelo MST iniciei em janeiro de 2007 o curso de geografia, concluindo em novembro de 2011, com o ato de certificação no auditório da UNESP em Presidente Prudente, São Paulo e uma confraternização entre os formandos e convidados da turma.

Oportuno expor que os cursos em convênio com o PRONERA utilizam como método a pedagogia da alternância, onde as aulas são realizadas por etapas, tempo escola e tempo comunidade. Na turma Milton Santos, nome dado à turma de Geografia, as aulas eram realizadas em dois momentos, ou seja, em janeiro e fevereiro e em julho e agosto de cada ano, em períodos concentrados, diurno, vespertino e noturno, portanto, eu permanecia durante os três períodos na universidade. O curso de graduação em Geografia teve como objetivo proporcionar a formação e capacitação de geógrafos comprometidos com as causas sociais, no sentido de atuarem em suas comunidades para o fortalecimento e desenvolvimento dos territórios de suas organizações e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais.

Dentre os elementos fundamentais da graduação estava presente a compreensão da luta de classes que perpassa o entendimento do que existe no campo, o pequeno camponês e grande latifundiário, mas um conjunto de relações que são tomadas como disputa pelo território seja ele camponês ou do agronegócio. Concluir o curso de Geografia foi um desafio diário para o conjunto de professores que se empenharam para sua realização, em especial os professores Bernardo Mançano Fernandes e Antônio Tomaz Junior. Para os movimentos socioterritoriais envolvidos foi a oportunidade de ter, em sua base, pessoas capacitadas para contribuir na luta de classe, seja ela nas escolas, nos assentamentos ou em outros espaços de atuação destes militantes. No que se refere à formação pessoal esta foi de fundamental importância para aprofundar o conhecimento técnico e científico na universidade, bem como um sonho pessoal de realizar um curso de graduação.

No trabalho de conclusão do curso escrevi minha monografia, juntamente com meu orientador, Antônio Thomaz Junior e meu co-orientador Gabriel Gonçalves, tendo como tema “As Relações de Trabalho na Colheita da Maçã em Vacaria-RS: da autonomia camponesa ao controle do capital”, pesquisando a renda da terra e as relações de trabalho existentes nos assentamentos de Candiota - RS, Hulha Negra - RS e Aceguá – RS e o desenvolvimento das forças produtivas, do capital. O constante embate teórico sobre a questão agrária brasileira nos leva a estar em permanente processo de aprendizado, através de pesquisas, leituras e compreensão da realidade, no intuito de contribuir com o desenvolvimento dos territórios camponeses. Portanto, aprofundar esses conceitos teóricos referentes aos paradigmas da questão agrária e capitalismo agrário, juntamente com outros conceitos que perpassam pelas relações de classes, interagindo nas contradições existentes, ou seja, nas relações Homem *versus* Natureza e Homem *versus* Homem, para que os sujeitos camponeses e o conjunto da classe trabalhadora sejam independentes das amarras do capital, são questões centrais para os militantes dos movimentos socioterritoriais.

No estudo realizado, constatou-se também que, em certos períodos do ano, os camponeses desenvolvem atividades laborais temporárias em pomares de maçã a fim de ter uma renda complementar para a família. Identificou-se que os camponeses, ao despenderem parte do tempo desenvolvendo atividades fora do lote, buscam uma alternativa de resistir enquanto sujeito-camponês, sendo que parte da renda aferida nos trabalhos sazonais é investida em meios de produção no lote, suprindo com estes recursos a falta de crédito e incentivos governamentais para a sua viabilização econômica e social. Além disso, a busca por alternativas para suprir as necessidades em relação às questões básicas de infraestrutura,

como redes de água, esgoto, energia elétrica e habitação, as quais os órgãos governamentais, através do Estado, não implementaram no tempo adequado, inviabilizam a situação de muitas das famílias assentadas.

O trabalho final foi apresentado em novembro de 2011 na UNESP de Presidente Prudente, sendo aceito pela banca examinadora e avaliado com nota máxima pelos examinadores, pela autenticidade da pesquisa, bem como pela demonstração de trazer para a atualidade um tema que traz, em sua raiz, pontos contraditórios aos objetivos e debates apresentados pelos movimentos socioterritoriais onde as famílias pesquisadas estão inseridas. Nas considerações finais apresenta-se como alternativa para a viabilidade socioeconômica, maior empenho dos órgãos governamentais na realização de novos assentamentos, levando em conta a sua localização geográfica e as condições edafoclimáticas. Tais pontos são fundamentais para a viabilização socioeconômica das famílias assentadas, por fazerem assentamentos em locais distantes simplesmente para cumprir um cronograma, uma meta, mas não oferecem as condições necessárias para viabilizar a produção. Entende-se aqui, que está sendo feita uma contra-reforma agrária, onde os assentamentos não conseguem apresentar os resultados esperados pelo conjunto da sociedade, frustrando, ao mesmo tempo, o sonho de as famílias melhorarem suas condições de vida.

No início do ano de 2012 até abril de 2013, contribuí na coordenação, juntamente com professores da Universidade de Brasília (UNB) e um grupo de geógrafos e estudantes, em uma pesquisa sobre a questão agrária brasileira, com ênfase na base organizativa do MST, tendo como temas de pesquisa a territorialização dos assentamentos, escolas, cooperativas, agroindústrias e toda a forma de organização interna deste movimento. Esta pesquisa encontra-se registrada como Dados da Reforma Agrária. Parte da referida pesquisa foi concluída e pode ser acessada em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br> por todos que pretendem aprofundar o conhecimento sobre a questão agrária. No tocante aos dados sobre a base organizativa do MST continua em andamento, aos cuidados de outro grupo de pesquisadores e estudantes, mas com limitações para ser concluída, tendo em vista a dificuldade em dar continuidade aos trabalhos de campo e a falta de recursos para tal.

Ainda no ano de 2012 iniciei na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) uma Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, concluída em novembro de 2014. Este curso teve uma parceria da UFES com o MST, juntamente com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), tendo como participantes os militantes de movimentos socioterritoriais do campo e da cidade e de organizações sindicais. No decorrer do curso me

aprofundi nos estudos de Karl Marx, especialmente pelas obras do capital, além de outros autores clássicos da economia política e também aos estudiosos que dedicaram suas pesquisas sobre a renda da terra e a questão agrária. Para a conclusão do curso realizei uma pesquisa que culminou na elaboração de um artigo, apresentando alguns resultados acerca da renda da terra a partir da produção leiteira no assentamento Vinte de Agosto, localizado no município de Candiota-RS. O trabalho de conclusão do curso foi apresentado em novembro de 2014, cujos resultados da pesquisa apresentaram a fragilidade dos camponeses assentados no referido assentamento, onde 60% das famílias pesquisadas sobreviviam com renda menor que um salário mínimo mensal. Diante dos resultados, passei a me aprofundar mais sobre a renda da terra, no intuito de compreender a configuração do capital e as condições com que e como é apropriada, a partir do trabalho dos camponeses, a renda da terra através da produção leiteira.

Buscando conciliar atividades acadêmicas, trabalho, espaços de militância e formação política nos tempos comunidade, tenho como atividade central a tarefa de contribuir com a Coordenação Político Pedagógica (CPP) das Turmas Especiais de Medicina Veterinária (TEMV) na UFPEL. Esta atividade faz parte de meu trabalho e desempenho a tarefa com mais três companheiros que compõem a CPP do curso, uma tarefa que é parte importante na formação pessoal e coletiva de sujeitos envolvidos na construção de um programa político-pedagógico que estejam vinculados com a proposta de educação participativa, voltada para atender as demandas da classe trabalhadora, em especial os camponeses. Esta experiência faz parte das demandas dos movimentos socioterritoriais do campo, e estão articuladas na proposta da educação do campo, onde os sujeitos envolvidos possam no seu tempo comunidade voltar para suas comunidades e colocar em prática parte do aprendizado que conseguiram absorver na universidade.

O trabalho com as turmas especiais de Medicina Veterinária, no papel de coordenador político-pedagógico, me proporcionou conviver com novas experiências nas relações entre os sujeitos de catorze estados brasileiros com diferentes culturas, formas de vida, e principalmente diferentes inserções em seus movimentos socioterritoriais. Tais práticas provocou dentro das turmas contradições na condução e no rumo do curso de Veterinária das turmas especiais, pois os militantes com inserção em suas organizações políticas optam por conduzir o curso, aprofundando os estudos na área de extensão rural, enquanto os mais jovens e com menor inserção política anseiam por um aprofundamento maior na parte técnica e clínica. Portanto, estas contradições requerem dos movimentos socioterritoriais uma reflexão sobre os objetivos, sobre o público dos cursos a serem pautados junto às universidades, haja

vista que a proposta, em convênio com o PRONERA, é capacitar profissionais para atuarem em suas comunidades e não formar para o mercado de trabalho e para o capital.

Nas tarefas de militância, no tempo comunidade contribuí no trabalho de base com a organização de dois acampamentos do MST na luta pela terra, sendo um no município de Capão do Leão e outro, no município de Pelotas, ambos na região sul do estado. Estes novos acampamentos fazem parte e apresentam uma nova proposta na retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul, sendo que, nos últimos anos, um número bastante significativo de novas famílias ingressarem nessa luta, alcançando cerca de cem famílias acampadas no estado. Com este trabalho de base, mais de duas mil novas famílias ingressaram na organização, nestes e em outros acampamentos a fim de lutarem pela conquista de um lote de terra e melhores condições de vida. Esta nova estratégia de organização faz parte dos debates realizados no VI Congresso Nacional do MST realizado em Brasília no início de 2014. Neste Congresso, além de outros pontos, foi discutida a luta pela terra, bem como a reforma agrária popular, apresentando a produção de alimentos saudáveis para o conjunto da população e um novo modelo de assentamento próximo dos centros consumidores, afastando-se da lógica de fazer assentamentos para manter a matriz produtiva imposta pelo capital.

Aproveitando os estudos realizados na disciplina de Educação do Campo e propondo fazer uma reflexão sobre o andamento das turmas especiais de Medicina Veterinária, no mês de agosto e setembro de 2014, foi possível conciliar o tempo do trabalho com os estudos para escrever um artigo referente à educação do campo inserida no contexto das turmas especiais de Medicina Veterinária, as quais estudam na Universidade Federal de Pelotas. O estudo é composto por questões que fazem parte da educação do campo e mostra a sua importância tanto para os movimentos socioterritoriais como para as comunidades onde os educandos estão inseridos, pois ter um vínculo com a base é parte fundante do processo educativo pautado pelos movimentos socioterritoriais em relação à educação do campo e para o campo. Este artigo foi publicado recentemente nos anais do Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo (SIFEDOC), realizado em Santa Maria, RS, intitulado II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS: educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina.

No decorrer do tempo na comunidade também realizei, juntamente com movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, movimentos sindicais, professores universitários, estudantes de graduação e pós-graduação, diversas atividades para dar encaminhamentos ao plano camponês proposto pela Via Campesina do Rio Grande do Sul, onde os camponeses

produzem alimentos saudáveis e o Governo do Estado subsidia sua compra para disponibilizar as famílias carentes que moram nos centros urbanos. Procurando contemplar os trabalhadores urbanos a consumir produtos saudáveis, os movimentos sindicais trabalham para que as empresas comprem os alimentos diretamente dos camponeses para serem consumidos nos seus refeitórios e também para que os trabalhadores, vinculados aos sindicatos, adquiram cestas básicas diretamente dos camponeses, possibilitando, dessa forma, de que sejam consumidos produtos saudáveis na cidade e, para os trabalhadores do campo, a garantia da comercialização dos seus produtos.

Além dessas atividades contribuí simultaneamente com um grupo de dirigentes que fazem parte da frente de massa e de pessoas acampadas nos diferentes acampamentos do estado, em diversas reuniões e debates com órgãos federais e estaduais, a fim de colocar em pauta a questão da reforma agrária e a necessidade da realização de novos assentamentos para as famílias acampadas. Tais debates foram aprofundados no VI congresso nacional do MST em fevereiro de 2014 e faz parte da nova proposta de uma reforma agrária popular. Nas reuniões com representantes do Estado, diversas áreas foram apresentadas para realização de assentamentos, no entanto, até o mês de março de 2015, somente duas áreas foram disponibilizadas para a concretização de novos assentamentos, contemplando apenas 148 famílias, infelizmente, número muito abaixo da demanda apresentada que é de 2.150 famílias. Em contrapartida, o INCRA está adotando como estratégia o processo de editais para ocupação de lotes em antigos assentamentos, contabilizando como novas famílias assentadas. Nesta pesquisa foram estudadas as rendas monetárias e de autoconsumo de famílias camponesas, a maneira de como a produção destinada ao mercado agrega renda e se as famílias possuem outras formas de comercialização que potencialize a viabilização econômica que não seja a do mercado capitalista.

Questões e hipóteses foram levantadas a fim de compreender o destino da renda da terra produzida pelo trabalho das famílias camponesas, se fica com as famílias que utilizaram sua força de trabalho na realização da produção, ou se é transferida para as empresas capitalistas. De igual modo, me dediquei para compreender como o capital tem se apropriado da renda camponesa de maneira sutil e gradual sem que, por vezes, seja observado pelos camponeses, porque a apropriação da renda da terra não está especificada diretamente na produção, mas também se expressa na comercialização, onde o capital atua para encobrir as redes e os fluxos, subjugando a produção como parte de sua acumulação.

No processo investigativo acerca dos diferentes aspectos que compõem a renda das famílias camponesas assentadas, algumas questões foram alvo de entrevistas e questionamentos, que levou à busca de dados sobre a renda obtida através da comercialização dos produtos. Dentro da renda familiar camponesa foram obtidos os dados da produção utilizada para o consumo familiar, além dos gêneros alimentícios comprados para compor a cesta básica necessária para atender as demandas alimentares das famílias. O estudo também tratou da produção de *commodities*, visando às famílias camponesas subordinadas à lógica do capital, como por exemplo, os assentamentos que cultivam soja para exportação e as empresas do agronegócio que se apropriam da renda camponesa da terra. As pesquisas foram realizadas em seis assentamentos de programas de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Para compreender melhor a lógica do capital e sua influência dentro das áreas de assentamentos foram escolhidos dois assentamentos da região norte do RS, ou seja, o assentamento Terra Nova situado no município de Palmeira das Missões, e o assentamento Seguidores de Natalino, no município de Ibiaçá, ambos estabelecidos em área com predominância da cultura da soja, forte influência do agronegócio na região e também nas áreas de assentamentos. O assentamento Seguidores de Natalino foi escolhido por ser uma área simbólica da luta do MST na década de 2000 e por estar situado em uma região estruturada para a cultura da soja, potencialmente produtiva com solo fértil e com baixa incidência de estiagem. As famílias são frequentemente influenciadas por grandes produtores da região que procuram arrendar seus lotes para expandir, ainda mais, suas áreas de plantio. Também é considerada uma das regiões em que o preço da terra é superior às demais do estado.

O assentamento Terra Nova foi escolhido para a realização da pesquisa dada a sua localização geográfica e às novas tecnologias implementadas, como a inovação tecnológica do capital e da região de Palmeira das Missões ser historicamente marcada por grandes latifúndios, contradições sociais e frequentes mobilizações dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), foram escolhidos para fazer parte da pesquisa, os assentamentos Santa Rita de Cássia II, localizado no município de Nova Santa Rita e o Lagoa do Junco (Hugo Chaves), no município de Tapes que faz divisa com a RMPA, por produzirem arroz e porque a cultura do arroz vem se constituindo em uma nova experiência para as famílias assentadas, as quais estão produzindo o arroz orgânico, abandonando a produção convencional da referida cultura.

O levantamento mostrou que o excedente da produção tem como destino a comercialização com órgãos públicos através de programas e políticas públicas que compram boa parte desta produção, enfatizando os programas da alimentação escolar, da aquisição para formação de cestas básicas, entre outros. Outra maneira de comercialização são as feiras realizadas em espaços locais, regionais e nacionais, além da comercialização com redes de supermercados e também diretamente com consumidores.

Por fim, foram estudados os assentamentos Conquista da Liberdade (Piratini), situado no município de Piratini e o Vinte de agosto (Estância do Fundo), em Candiota, ambos na região sul do Rio Grande do Sul. A pesquisa em ambos os assentamentos apontou que a principal renda das famílias assentadas está na produção leiteira, desenvolvida em praticamente 100% dos lotes de reforma agrária. Poucos são os casos em que a produção está voltada para o consumo interno, portanto, predominando a venda ao mercado. Foi possível assimilar como o capital se apropria de parte do excedente da produção camponesa e, diferentemente das outras regiões do estado que, juntamente com a produção leiteira, o campesinato desenvolve culturas como soja, arroz milho etc.. Estes assentamentos são dependentes da produção de leite.

A escolha da produção leiteira vem ao encontro da proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para as famílias assentadas na região Sul do estado, com base nas condições edafoclimáticas e do solo. Esta região é a mais pobre do estado e diversas tentativas foram feitas para desenvolver a região. O MST, a partir de sua forma de organização, vem construindo, juntamente com órgãos governamentais, políticas para viabilizar a produção leiteira como alternativa de renda.

A intenção de pesquisar o arroz, a soja e o leite em assentamentos do MST no estado do Rio Grande do Sul visa conhecer melhor as condições de mudanças no trabalho e renda das famílias camponesas em áreas de assentamento. A produção de arroz orgânico na RMPA iniciou com pequenas experiências no momento em que as famílias produtoras de arroz convencional se encontravam completamente endividadas, carecendo encontrar a saída para continuar no campo. Tais experiências se transformaram em uma perspectiva de renda e viabilidade econômica para as famílias que se propuseram a mudar o modelo de produção. A escolha destes três produtos proporciona um debate sobre a produção agropecuária no âmbito dos assentamentos do MST, analisando diferenças como a soja destinada ao mercado externo, produzida predominantemente pelos agricultores ligados ao agronegócio, mas que também é produzida em muitas áreas de assentamento. Apesar de a soja ser frequentemente questionada

pelo próprio MST, a sua produção em áreas de assentamento existe e precisa ser mais bem compreendida nas relações de subordinação ao agronegócio, enquanto que a produção de arroz e leite, que é parte da base da alimentação da população brasileira, é destinada ao mercado interno, principalmente o institucional. As pesquisas pretendem entender as estruturas utilizadas pelo capital para subordinar o campesinato através da renda capitaliza da terra e seus desdobramentos, bem como as contradições que significam para o campesinato e suas organizações.

O tema da presente dissertação foi definido na coordenação estadual do (MST-RS). O critério de escolha do tema se deu pelo fato de que nos últimos anos tem-se direcionado a atuação para as áreas de assentamentos, porque a base organizativa que, anteriormente alcançou força nas ocupações de terra, encontra-se fragilizada pela conjuntura da questão agrária atual, devido à baixa capacidade para organizar ocupações. Este tema frequentemente aparece nas análises de conjuntura do MST e da Via Campesina.

Nos últimos vinte anos, a territorialização do MST proporcionou a conquista de muitos assentamentos que levaram a fortes embates e debates sobre a produção de alimentos e os modelos de assentamentos. Apesar da precariedade das políticas de reforma agrária e das perspectivas do campesinato como modelo de desenvolvimento, o MST tem se desafiado a pensar na superação dessas condições. Estes desafios e superações serão tratados no primeiro capítulo ao abordar as mudanças recentes na agricultura e as perspectivas do campesinato na construção de um modelo emancipador de desenvolvimento.

Diante do exposto, escolher a metodologia adequada para apresentar os resultados da investigação compreende interagir com o objeto da pesquisa a partir da realidade concreta, buscando elementos que possam trazer presente questões que contribuam na análise dos dados e referenciais teóricos que possibilitem a compreensão do objeto. São muitos os estudos a respeito dos assentamentos, porém com viés voltado para a territorialização e espacialização dos movimentos socioterritoriais e também estudos voltados para as questões socioculturais, deixando as questões econômicas e da renda em segundo plano.

Nos primeiros estudos realizados por Oliveira (2011) foi possível analisar a renda camponesa com ênfase nas atividades laborais desenvolvidas fora da unidade produtiva, buscando compreender a renda complementar, ou renda sazonal. Estes estudos não aprofundam a análise da renda das famílias assentadas, com olhar na produção. No entanto, esta pesquisa apresenta a real potencialidade da produção nas áreas de assentamentos. Nos assentamentos pesquisados foram encontradas contradições na base produtiva, com as linhas

políticas definidas pelos movimentos socioterritoriais, como por exemplo, o cultivo de soja transgênica, cultura esta que foi motivo de muitas lutas de resistência inclusive por parte das famílias que atualmente realizam seu cultivo. Estas contradições precisam ser enfrentadas pelos movimentos socioterritoriais que têm, na sua base, princípios ideológicos de que a terra conquistada através da luta é para a produção de alimentos e não de *commodities* agrícolas para exportação.

Todavia, para enfrentar estas contradições é necessário compreendê-las no processo de subordinação do campesinato ao modelo de produção capitalista. Em que condições, famílias organizadas no MST produzem para o agronegócio? Se estas contradições não forem compreendidas na sua essência pelas lideranças dos movimentos socioterritoriais e principalmente pelas famílias assentadas, segue-se fragilizando as potencialidades de superação.

Entender a lógica organizativa e o processo histórico do capital se faz necessário para propor novas ou reiterar as atividades desenvolvidas, bem como assegurar através da organização, políticas públicas voltadas a atender e fortalecer o modo de produção ideologicamente defendido pelos camponeses que lutam contra o capital e são sujeitos históricos que contribuem para a reestruturação organizativa da produção, voltando-se a produção de alimentos, interagindo com a natureza como relação entre ser e natureza, tendo esta como meio de socialização dos recursos para a organização produtiva e não como meio de exploração, para atender as demandas do capital.

Acreditar que na constituição dos assentamentos as ideias se expressam por uma homogeneidade sem contradições é negar o processo histórico da cultura dos povos que criam e recriam formas de viver e resistir. Estas formas, muitas vezes, passam por um processo de adaptação ou resistência das famílias nos territórios em que se constituem os novos assentamentos, portanto, isso fez com que em certas regiões, onde foi constituída a maioria dos assentamentos no Rio Grande do Sul, as famílias tiveram, em seu primeiro momento, que se adaptarem ao sistema agrário encontrado na região, talvez não por vontade própria, mas pela necessidade de se reproduzir. Fazendo referência a essa adaptação, Oliveira (2011) apresenta um estudo no qual destaca que nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá (Tabela 1), alegando que todos estes municípios localizados na região Sul do RS e desmembrados do município de Bagé concentram atualmente uma quantidade significativa de assentamentos e de famílias assentadas, sendo que, em sua maioria, as famílias migraram de seus locais de origem para esta região quando o MST conseguiu, através das mobilizações,

territorializar-se para diversas partes do estado gaúcho, como descrito a seguir:

Em 1988 o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra começou a desbravar a fronteira Sul do Rio Grande do Sul com a chegada das primeiras famílias, formando os 4 primeiros assentamentos da região sendo eles: **Nova União** (27 famílias), **Santa Elmira** (53 famílias), **Conquista da Fronteira** (91 famílias) e **Santa Lúcia** (47 famílias). Estas famílias assentadas, neste período, são oriundas de pequenos agricultores da região norte do estado, as quais estavam acampadas na Fazenda Anoni. (Frei Zanata, texto mimeografado para a Romaria da Terra, fevereiro de 2011. (OLIVEIRA, 2011, p. 20, grifo do autor).

Este processo de migração perpassa por um processo de adaptação no novo território, para tanto, compreende-se que esta adaptação é multidimensional: ambiental, cultural, social etc.

**Tabela 1 – Números dos assentamentos e famílias na região de Bagé-RS (2011)**

<b>Município</b>	<b>Número dos assentamentos</b>	<b>Número de famílias</b>	<b>Área do assentamento</b>
Hulha Negra	25	826	21696
Aceguá	5	191	4837
Candiota	26	702	17068
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>1719</b>	<b>43601</b>

Fonte: Criação nossa, com base em DATALUTA (2011).

Compreender a realidade dos assentamentos no RS e sua viabilidade econômica implica, através das relações estabelecidas entre os sujeitos, fazer uma análise de cada realidade para não cair no equívoco de tentar aplicar para cada região, de forma linear, conceitos preestabelecidos como algo que está inserido em outras relações e referências. Neste ínterim, aplicar experiências iguais para cada região como se os seres fossem homogêneos e as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos em uma região sempre se aperfeiçoarão em outros lugares com paisagens e vida social completamente diferente, não condiz com o método de compreensão da realidade e dos sujeitos construtores de sua própria história.

Para realizar esta pesquisa, desenvolveu-se um conjunto de procedimentos com o objetivo de levantar os dados sobre trabalho e renda da terra nos assentamentos eleitos. Os procedimentos metodológicos contêm um conjunto de atividades que compreendem: entrevistas, levantamento de dados e documentos, organização e sistematização de dados e informações, redação, reflexão, revisão e debate constante entre as teorias e as realidades. Neste sentido, busca-se relacionar as teorias camponistas com a prática camponesa em

contraponto com as teorias do paradigma do capitalismo agrário para discutir a produção e comercialização dentro do mercado capitalista, na perspectiva de compreender as possibilidades de construção de um mercado que perpassasse pelas fronteiras do mercado capitalista.

No decorrer da pesquisa, procura-se dialogar com a realidade dos sujeitos pesquisados, quando se depara com questões desconhecidas. Estas novas abordagens aparecem em forma de questionamentos tais como: “Por quê? Como? Para que? Onde? Quando?” (SPÓSITO, 2004, p. 11). Para Batista (2013, p. 31), “Ter clareza do método na ação-investigativa é uma premissa fundamental para esclarecer ao pesquisador e para o leitor as múltiplas determinações que acompanham o tema investigado”. Dessa forma, buscando-se responder as questões apresentadas na pesquisa, compreender-se-á parte da realidade estudada, porque em uma pesquisa, por mais ampla e completa que seja jamais contemplará a totalidade do objeto e dos sujeitos envolvidos nesta comunidade. Portanto, é possível realizar uma pesquisa sem fazer negação histórica dos sujeitos no seu processo de construção, entretanto, fazer análise a partir da realidade sem falsear os dados abordados na pesquisa, estabelecendo uma separação (ampliação) entre o conhecimento e o pensamento, vê-se que uma questão é o que se pensa daquela realidade, outra, é o conhecimento que vai ser produzido da realidade estudada, a partir das concepções metodológicas aplicadas no objeto estudado.

O MST no RS é cobrado constantemente por ambientalistas, grupos de agroecologia, organizações sociais, grupos de apoiadores como professores, estudantes, movimentos sindicais entre outros, bem como por parte de sua base organizativa em outros estados, por haver, dentro de sua base, diferentes concepções de produção e desenvolvimento dos assentamentos. Compreender os diferentes métodos de análise e pesquisa é fundamental para elaboração de um trabalho científico ou mesmo quando se pretende propor um projeto a uma comunidade. Esta ação aparece neste trabalho como uma prática pedagógica a ser construída juntamente com a comunidade estudada, a qual se materializa como uma atividade concreta sob o objeto pesquisado. Apresentar os resultados das pesquisas aos sujeitos pesquisados tem sido o grande desafio da sociedade acadêmica, pois apesar de se produzir conhecimento através dos estudos, poucos são os casos em que os pesquisadores voltam para os locais da sua pesquisa no intuito de apresentar, ou simplesmente para contar quais foram os resultados. Estes e outros fatores levam, em muitos dos casos, as famílias que são “objetos”, sujeitos da pesquisa, a se negarem a prestar informações ou falsear os dados fornecidos, o que para alguns pesquisadores pouco importa, tendo em vista não estarem interessados com os

resultados do estudo e sim em concluir um trabalho para cumprir as normas da academia.

Neste sentido, não se trata de negar os outros métodos da pesquisa, pois todos são importantes para o processo formativo, no entanto, este trabalho perpassa por questões que uma pesquisa-ação leva a trabalhar com o método do materialismo histórico dialético, no sentido avaliativo da temática, buscando demonstrar as múltiplas relações e determinações das abordagens que compreendem a totalidade, levando em consideração sua complexidade e as diferentes concepções que cada sujeito vê de sua realidade. Este trabalho estará disponível ao MST e às famílias estudadas como uma contribuição ao debate sobre produção e renda territorial nos assentamentos de reforma agrária.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se apresentar alguns elementos sobre a renda territorial e da transferência de valor para o capital a partir do trabalho camponês. Evidenciou-se que as discussões acadêmicas precisam ir além de achar que o capital, o agronegócio travestido de forma moderna irá colocar o país como desenvolvido, simplesmente por atender as demandas do mercado, exportando bens primários. Este mesmo capital, que exporta produtos das *commodities*, explora a força de trabalho e se apodera de parte da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores do campo subjugando-os as condições precárias de trabalho e de vida.

Destaca-se um conjunto de fatores constatados e confirmados através das pesquisas, onde os assentamentos de reforma agrária, a agricultura camponesa e os pequenos módulos produtivos com produção diversificada são a alternativa ao modelo agroexportador adotado pelo Estado brasileiro. Os exemplos de produção em pequenas áreas de assentamentos comprovam também que a causa da fome de milhões de pessoas no mundo não é pela falta de terras produtivas, ou pela falta da produção de alimentos, mas pelos interesses do capital que concentram os estoques, os espaços de distribuição e comercialização dos alimentos, preferindo deixar que estes se percam nas lavouras, nos armazéns, buscando, através das bolsas de valores, ampliarem seu lucro ao invés de proporcionar que estes alimentos cheguem à mesa da população. Evidenciou-se neste conjunto de questões, elementos que possibilitam contextualizar os processos de conflitualidade enfrentados pelo conjunto dos camponeses nas áreas de assentamentos do MST, que, segundo Fernandes (2006, p.193), “é inseparável ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea das relações sociais”.

O avanço da agricultura camponesa na produção com base agroecológica, a exemplo do arroz orgânico, traz consigo uma conscientização em forma de ação, mesmo que estas decisões em produzir agroecologicamente apresentem um grande grau de conflitualidade. O desafio de iniciar a produção orgânica em um território conquistado vem como processo de resistência do campesinato ao agronegócio. O arroz é um alimento básico da população, um dos cereais mais consumidos no mundo, isto é de grande valia para estes camponeses que estão oferecendo um produto de qualidade sem uso de venenos. São a partir destas experiências de produção que se pode afirmar da possibilidade de produzir alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade, pois os alimentos ou as matérias-primas produzidas

pelo modelo do agronegócio vêm carregados de agrotóxicos, exploração da força de trabalho e destruição do meio ambiente, concentração da terra e da renda.

Por outro lado, os camponeses necessitam compreender que o modelo de produção capitalista vigente é explorador da força de trabalho, utiliza-se da concentração dos meios de produção e centralização do capital. O capital deve ser entendido, a partir das relações estabelecidas, entre homem e natureza e entre homem *versus* homem como agentes transferidores de lucro para a consolidação das forças hegemônicas do capital. Estas relações de trabalho no campo se apresentam de formas invisíveis e que a renda territorial para muitas famílias é insuficiente para poderem estabelecer, no campo, territórios de sociabilidade, livres das amarras do capital. Portanto, as relações capitalistas, estabelecidas no campo, configuram a forma de como o capital industrial, comercial e bancário subordina as relações de trabalho no campo.

Os camponeses dos seis assentamentos estudados encontram, a cada ano, mais dificuldade para ter acesso a qualquer modalidade de crédito no intuito de viabilizar a produção, uma vez que o modelo de crédito do Estado brasileiro está definido para implementar a cultura de *commodities* agrícolas e não para viabilizar a produção de alimentos. Os camponeses para continuarem se mantendo nas atividades agrícolas, precisam ajudar a criar programas e políticas públicas que permitem a diversificação da produção e contribuir para o fortalecimento do PAA e o PNAE, como mecanismo de comercialização da produção. Na realização deste estudo conclui-se que o resultado da produção camponesa precisa ser melhorado em muitas unidades produtivas para que os camponeses possam resistir no campo, caso contrário, migrarão para outras culturas ou serão desterritorializados de seus meios de produção.

Para superar o conjunto de ações que o capital utiliza para subjugar os camponeses é necessário que os próprios camponeses e suas organizações sociais fortaleçam os espaços de cooperação agrícola, estabeleçam um processo de industrialização de seus produtos, agreguem valor, consigam diminuir a sua dependência para com os custos de produção e também criem redes de comercialização solidária com os consumidores nos centros urbanos, estabelecendo uma relação direta entre produtor e consumidor. Torna-se fundamental para a resistência camponesa, além de aumentar a produtividade, a diversificação da produção, algo muito debatido nos espaços de formação técnica e política, mas que pouco se consegue colocar em prática por ser um desafio para o conjunto dos camponeses que lutam diariamente pela libertação da terra e de todos os recursos naturais para uso coletivo da sociedade.

O MST, juntamente com outras entidades sociais e órgãos governamentais, comprometidos com o bem-estar do ser humano, precisa criar mecanismos de conscientização da população e setores conservadores dos governos para os perigos que representam esta agricultura petrodependente, ou seja, dependente exclusivamente do petróleo para óleo diesel, adubos, ureia, venenos (inseticidas, fungicidas) e outros, ou procurar, iniciando pela sua base reduzir ao máximo ou banindo a utilização destes produtos, pois esta agricultura tem altos custos de produção, como visto nos dados obtidos na cultura do arroz convencional, tornando-se insustentável ao longo dos anos. Razões como esta e movidos pela necessidade é que faz camponeses, ligados ao MST, acreditar nos princípios agroecológicos e persistir nos seus desafios, ampliando a produção e reduzindo o preço para os consumidores, principalmente para as classes pobres que não tem acesso a alimentação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

A LUTA pela Terra e pela Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acessos em: 17 set. 2014 e 15 nov. 2015.

BATISTA, Ândrea Francine. **Consciência e territorialização contra hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**, 2013. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/108672>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio – trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 208 p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20120529090452/face.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de; STEDILE, João Pedro. A ameaça à soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana de açúcar e do etanol. São Paulo 2011. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Questão agrária contemporânea e os movimentos camponeses da América Latina**. São Paulo: Coletâneas de textos da ENFF, n.10, 2011.

DADOS e textos sobre a Luta e pela Terra e a Reforma Agrária. 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

DEPOIS da helicoverpa armigera chega a falsa-medideira: onde está o problema? 2014. Disponível em: <<http://www.laborsolo.com.br/site/corneta-do-agro/depois-da-helicoverpa-armigera-chega-a-falsa-medideira-onde-esta-o-problema/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999)**. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES%20tese\\_bm\\_fernandes.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES%20tese_bm_fernandes.pdf)>. Acesso em: 1º out. 2015.

\_\_\_\_\_. Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume. 2006. p.191-202.

\_\_\_\_\_. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Territorialidades, Conflitos e Desafios à Soberania Estatal na América Latina**. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2012. p. 203-230.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GIGANTES do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias. **Estadão**. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gigantes-do-agronegocio-se-unem-para-investir-nas-novas-ferrovias-imp-1144031>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; 2007.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevo sextractivismo: La sambivalências del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad** n. 237, enero-febrero 2012. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/?page=2>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. **Área e produção de arroz**. 2015 Disponível em: <[http://www.irga.rs.gov.br/upload/20160720141326producao\\_rs\\_e\\_brasil.pdf](http://www.irga.rs.gov.br/upload/20160720141326producao_rs_e_brasil.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KIELING, José Fernando. **Expansão da agropecuária Sul-Rio-Grandense 1950-1980**. Pelotas, RS: EDUFPEL, 1999.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Pastoreio racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MADRUGA, Sergio Rossi et al. Diferenciais de custos em culturas de arroz. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Volume II n. 2 jun-nov/2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/6510/3958>>. Acesso em: 1º out. 2015.

MAESTRI, Mario. **História das lutas camponesas no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Coletâneas de textos da ENFF, n. 7, 2011.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, ano 15. ed. Especial, ago.2012. p. 41-51.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**. São Paulo: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **O cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: salário, preço e lucro, o rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 2. ed., São Paulo: Nova Cultura, 1986.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, território, produção**: novas alternativas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MOREIRA, Rui. **O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão**. Rio de Janeiro: Terra Livre, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A Cartilha “Programa Agrário do MST – Texto em construção para o VI Congresso Nacional”**. 1. ed. Secretaria Nacional. São Paulo, 2013.

NUNES, José Luis da Silva. **Arroz**: Histórico. 2015. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/historico.aspx>>. Acesso em: 1º out. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Vanderlei de Souza. **As Relações de Trabalho na Colheita da Maçã em Vacaria Rio Grande do Sul**. 2011. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista-UNESP, Presidente Prudente – SP, 2011.

OLIVEIRA, Vanderlei de Souza; FAGUNDES, Leandro Feijó. A produção de arroz orgânico em áreas de assentamento no Rio Grande do Sul: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria. Habana-Cuba, 2015.

ORIGEM e história do arroz. 2015. Disponível em: <<http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/novo/origem-e-historia-do-arroz/>>. Acesso em: 1º out. 2015.

PEET, Richard. Imaginários do Desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; 2007.

PEREIRA, Claudio. **Saída da crise do arroz está na rotação de culturas**. 2014. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/expointer/saida-crise-arroz-esta-rotacao-culturas-8272>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

PRODUÇÃO de leite do RS cresce quase o dobro da do Brasil nos últimos dez anos. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=3041:producao-de-leite-cresce-e-pais-passara-a-exportar-mais-do-que-importar&catid=1:ultimas-noticias&itemid=104>>. Acesso em: 1º out. 2015.

PRODUTORES de soja relatam perdas na colheita causadas possivelmente por fungicida. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/supersafra/?s=Marcelo+Madalosso&topo=>>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

RUBEZ, Jorge. **O leite nos últimos 10 anos**. 2003. Disponível em: <[http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez\\_093.htm](http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_093.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território**. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária**: A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária**: o debate na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TERRITÓRIOS da cidadania. 2015. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 14 nov. 2015.

THOMPSON, William Irwin (org.). **Gaia: uma teoria do conhecimento**. Traduzido por Silvio Cerqueira Leite. 3. ed. – São Paulo: Gaia, 2001.

VIAL, Sandra Regina Martini. **O direito a terra**: um estudo de caso do assentamento Lagoa do Junco – Tapes/RS. Porto Alegre: Evangraf, 2005.